

# *Superior Tribunal de Justiça*

**EDcl nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.735.937 - AM (2018/0087776-0)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**EMBARGANTE : MIGUEL ANGELO GUARDA**  
**ADVOGADO : GABRIELA BARRETO LIMA DE CARVALHO E OUTRO(S) -**  
**AM010244**  
**EMBARGADO : COLMEIA PONTA NEGRA EMPREENDIMENTOS**  
**IMOBILIARIOS LTDA-SPE**  
**ADVOGADOS : CAROLINA RIBEIRO BOTELHO - AM005963**  
**ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA E OUTRO(S) - AM009372**

## **DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos contra a decisão em que neguei provimento ao agravo em recurso especial interposto pela embargante, com fundamento na ausência de previsão legal de cabimento do agravo de instrumento, contra decisão local que concluiu pela inexistência de similitude entre o caso dos autos e tema objeto de incidente de resolução de demandas repetitivas, para fins de suspensão do processo até o julgamento definitivo do IRDR.

Em seu recurso, a parte embargante sustenta existência de omissão da decisão, quanto ao disposto no § 9º, do artigo 1.037, do Código de Processo Civil, que traz hipótese de exceção ao rol taxativo de seu artigo 1.015, para o caso de decisão de suspensão de processos na sistemática de julgamento de recursos repetitivos.

Intimada, a embargada se manifestou pela manutenção da decisão embargada, suscitando a ausência de omissão no ponto.

Passo a decidir.

Não se verifica a omissão apontada, devendo-se manter a decisão embargada por seus próprios fundamentos. Estão ausentes os pressupostos que dariam ensejo à sua oposição: omissão, obscuridade ou contradição.

Com efeito, o julgado embargado é claro em suas premissas e objetivo em suas conclusões, inexistindo vício a ser sanado. Apenas, a solução prestigiada não corresponde à desejada pelo embargante, circunstância que não eiva o acórdão de nulidade.

Na hipótese a decisão foi clara em afastar a alegação em tela, com base no fundamento de ausência de modulação de efeitos quanto ao entendimento desta Corte

# *Superior Tribunal de Justiça*

Superior, quanto ao entendimento de mitigação do rol taxativo de hipóteses de cabimento de agravo de instrumento, destacando-se que a exceção legal prevista para a sistemática dos recursos repetitivos não se aplica aos casos de incidente de resolução de demandas repetitivas.

Verifico, assim, que a parte embargante pretende, sob o pretexto de existência de omissão, o rejugamento da causa. Os embargos de declaração não se prestam ao rejugamento ou, simplesmente, ao prequestionamento de normas jurídicas ou temas que, segundo a ótica da parte, deveriam guiar ou conduzir a solução do litígio. Eles servem para suprimimento de omissões e esclarecimento de dúvidas e contradições do julgado, de tal forma que, se existentes tais vícios, sua correção venha eventualmente a prequestionar os pontos levantados pela parte. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANOS MORAIS E MATERIAIS. INDENIZAÇÃO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

2. A reforma do julgado demandaria o reexame do contexto fático-probatório, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, a teor da Súmula nº 7/STJ.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 670.511/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 1º/3/2016)

Em face do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora